

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.135 - SP (2019/0290705-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : TADEU HENRIQUE OLIVEIRA CAMPOS
ADVOGADO : TADEU HENRIQUE OLIVEIRA CAMPOS - SP226865
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALANDERSON JACINTO RAMOS (PRESO)
PACIENTE : LUIZ FELIPE FERREIRA FRANCISCO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALANDERSON JACINTO RAMOS e LUIZ FELIPE FERREIRA FRANCISCO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 64):

HABEAS CORPUS. Pacientes condenados pela prática dos delitos tipificados nos artigos 171, caput, c.c. o 14, inciso II, e 288, caput, todos do Código Penal. Aduz ilegalidade da r. sentença que negou seu direito de recorrer em liberdade. Pacientes que permaneceram presos durante todo o processo. Constitui meio inadequado o Habeas Corpus para rever sentença condenatória, pois a questão suscitada demanda exame de fatos e provas processuais. Constrangimento ilegal não configurado. ORDEM DENEGADA.

Os pacientes foram presos em 30/5/2018 e condenados a 4 anos de prisão (fls. 59-60) pela prática do delito previsto no art. 171, *caput*, c/c 14, II, e no art. 288 do CP, e estão presos desde 30/5/2018.

O impetrante argumenta a possibilidade de os pacientes recorrerem em liberdade em razão da teratológica fundamentação utilizada para a fixação do regime inicial fechado e par a negação do direito de recorrer em liberdade, pois baseou-se na utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso.

Requer, assim, a concessão da ordem, para a revogação da prisão preventiva e para a aplicação de medidas cautelares diversas da segregação cautelar.

Na origem, Processo n. 0000970-14.2018.8.26.0537, oriundo da 1ª Vara Criminal - Foro de São Bernardo do Campo, aguarda-se a regular intimação dos pacientes para apreciação do recurso interposto, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 2/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A sentença, na parte da dosimetria e prisão preventiva, restou assim fundamentada (fls. 57/61):

[...] Passarei a dosagem da pena à luz do artigo 59 do Código Penal.

Os réus já se envolveram inúmeras vezes em outros casos anteriores concernentes a delitos patrimoniais em outro Estado da Federação, inclusive de estelionato, tal como o aqui apurado (Alanderson: certidões de fls.407, repetida a fls.452 e fls.417; Luiz Felipe: certidões de fls.405, repetida a fls.418; e fls.415). Tais circunstâncias revelam a personalidade excessivamente comprometida dos acusados, voltada de forma contumaz ao locupletamento alheio. Decerto, assim agindo, tornou-se prejudicial às normas de convívio social. Não se pode perder de vista o elevado valor de prejuízo que causariam caso o crime tivesse se consumado. Da mesma forma, não se pode perder de vista o alto grau de sofisticação do grupo criminoso, pois certamente tinham conhecimento técnico acerca do sistema bancário – que não acusava o saque do valor recém depositado permitindo o estorno e o consequente locupletamento. Todas essas circunstâncias depõem contra os réus. Assim, para a necessária e suficiente reprovação e prevenção do crime, **fixo a pena base em:**

- 3 (três) anos de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa para o delito de estelionato para cada um dos acusados; e - 3 (três) anos de reclusão para o crime de associação criminosa para cada um dos acusados.

Na segunda fase da dosimetria, **inexistem circunstâncias agravantes ou atenuantes** a serem consideradas, permanecendo as penas acima fixadas inalteradas.

Com relação ao iter criminis percorrido no tocante ao crime de estelionato, é **certo que os réus quase se aproximaram da consumação**, uma vez que já haviam realizado os dois depósitos, e já estavam para conseguir que o estorno fosse realizado (observo que o dinheiro já havia sido sacado no Rio de Janeiro – vide fls. 421/424) e consoante prova oral colhida, **na forma do artigo 14, inciso II, do Código Penal, diminuo a pena de mais 1/3 (um terço), restando 2 (dois) anos de reclusão e ao pagamento de 14 (quatorze) dias- multa para cada um dos acusados.**

Concernente ao crime de associação criminosa, não há causas de aumento ou de diminuição a serem consideradas nesta etapa.

Assim, torno definitivas as penas acima fixadas ante a ausência de outras causas de aumento ou de diminuição.

As penas deverão ser somadas ante o reconhecimento do concurso

Superior Tribunal de Justiça

material de crimes, caracterizado pelos desígnios autônomos, **na forma do artigo 69 do Código Penal**, resultando em 4 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 14 (quatorze) dias-multa para cada um dos acusados.

Considerando, ainda, a biografia ostentada pelos acusados (Alanderson: fls.208/211 e certidões de fls.407, repetida a fls.452 e fls.417; Luiz Felipe: fls.213/217 e certidões de fls.405, repetida a fls.418; e fls.415) **inclusive envolvendo estelionatos e crime de integrar organização criminosa, não fazem jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos**, por expressa vedação legal, nos termos do disposto no artigo 44, inciso III, do Código Penal, sendo certo que tal substituição também não se mostra socialmente adequada para prevenir e reprimir a conduta por eles perpetrada, não sendo suficiente a dissuadi-los da prática de delitos.

Inviável, igualmente por tais razões, a concessão de sursis.

Diante da personalidade totalmente descompromissada e comprometida de cada qual dos réus, a contumácia na prática de condutas criminosas visando, inclusive, o locupletamento alheio (Alanderson: certidões de fls.407, repetida a fls.452 e fls.417; Luiz Felipe: certidões de fls.405, repetida a fls.418; e fls.415), nos termos do artigo 33, §§ 2º e 3º, c.c. o artigo 59, ambos do Código Penal, **somente o regime fechado se afigura adequado para reprovar suficientemente suas condutas**. Decerto, a concessão de regime mais brando tornará evidente o fracasso da reprimenda, que merece ser mais severa no caso concreto, atendendo-se, pois, ao princípio da individualização da pena, de modo a cessar as investidas em detrimento do patrimônio alheio.

Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE a denúncia para:

- condenar **ALANDERSON JACINTO RAMOS**, RG nº 71.941.701, pela prática dos crimes definidos no artigo 171, caput, c/c artigo 14, inciso II; e no artigo 288, caput, todos do Código Penal, em concurso material de crimes (art. 69, "caput" do Código Penal), a 4(quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, em regime inicial fechado; bem como

- condenar **LUIZ FELIPE FERREIRA FRANCISCO**, RG nº 71.941.697, pela prática dos crimes definidos no artigo 171, caput, c/c artigo 14, inciso II; e no artigo 288, caput, todos do Código Penal, em concurso material de crimes, a 4 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, em regime inicial fechado.

Fixo a unidade da pena pecuniária em 1/10 (um décimo) do salário mínimo vigente à época do fato, valor que deverá ser corrigido desde o crime, quando da execução, como forma de desestímulo a prática semelhantes.

Nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.719/08, deixo de fixar valor mínimo para a reparação dos danos causados, por falta de parâmetros, até porque o crime de estelionato no presente caso não chegou a se consumar.

Nos termos do parágrafo único do artigo 387 do CPP, **os réus não fazem jus a recorrer em liberdade, pois suas condutas atentam contra a ordem pública, sendo certo que há alta e concreta probabilidade de novas reincidências, até porque já se envolveram várias vezes com a prática de delitos patrimoniais em outro Estado da Federação** como se depreende de fls.208/211 (Alanderson) e fls.213/217 (Luiz Felipe), além de certidões de

Superior Tribunal de Justiça

fls.407, repetida a fls.452 e fls.417 - Alanderson; e de certidões de fls.405, repetida a fls.418; e fls.415 Luiz Felipe. Neste ponto, merece destaque o seguinte entendimento do E. STJ: “(...)A necessidade da segregação cautelar decretada na sentença condenatória se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em face da periculosidade do recorrente, caracterizada pela reiteração de prática delituosa, mormente por estar respondendo a outra ação penal, também, por crime patrimonial.(...)” (RHC nº. 45153/BA Rel. Min. Moura Ribeiro Quinta Turma DJe: 31.03.2014). **Além disso, nenhum deles têm vínculos com este Estado da Federação e muito menos com a Comarca, indicando prejuízo à futura aplicação da lei penal. Assim, demonstraram os réus ser pessoas perigosas ao convívio social, indicando que certamente retornarão às atividades criminosas tão logo em liberdade. Dito isto, deixo de conceder aos réus o benefício de recorrer em liberdade.** Recomende- os junto ao estabelecimento prisional em que se encontram. [...]

Como se vê, o direito de recorrer em liberdade foi negado em razão da reiteração delitiva dos pacientes, pois *já se envolveram várias vezes com a prática de delitos patrimoniais em outro Estado da Federação* (fl. 61), não se verificando, em um juízo inicial, manifesta ilegalidade.

Com efeito, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial sobre o andamento da ação penal, com o envio da respectiva senha de acesso aos autos no primeiro grau.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

